

Silvania di Pels Silvania Assii 145 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 250 , DE 29 DE

Junto

DE 2004.

Dispõe sobre Concessão de Direito Real de Uso da área que especifica e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PALMAS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 71, combinado com o § 1º do art. 103, da Lei Orgânica do Município e, ainda, a Lei Complementar nº 84, de 13 de maio de 2004,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o Direito Real de Uso, à Igreja Evangélica Assembléia de Deus - Ministério da Missão, de uma área urbana de 2.000,00m², a ser desmembrada de uma área de 12.550,00m², localizada na APM - 8, Jardim Aureny III, neste Município.

Art. 2º Fica o concessionário obrigado a manter a destinação da área, conforme o objetivo da instituição, consoante Processo nº 3036352/03 e apensos nº 3036353/03 e 3040809/03.

Parágrafo único. O descumprimento desta exigência ensejará a anulação extrajudicial, sendo vedado o pagamento de qualquer indenização ao concessionário.

Art. 3º A presente Concessão de Direito Real de Uso fica subordinada aos termos e condições estabelecidas na Lei Complementar nº 84, de 13 de maio de 2004, bem como do Termo Administrativo a ser firmado entre as partes.

Art. 4º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

mês de punto de 2004, 16º ano da criação de Palmas.

NILMAR GAVINO RUIZ Prefeita de Palmas

Paulo Leniman Barbosa Silva Advogado Geral do Municipio